

**Médicos acadêmicos e curandeiros no Rio de Janeiro do século XIX:
as possibilidades da documentação.**

Diádiney Helena de Almeida¹

Resumo: Em meados do século XIX, médicos acadêmicos e terapeutas populares conviviam e compartilhavam conhecimentos de curas. Considerando as estratégias que a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (depois, em 1835, Academia Imperial de Medicina) lançou mão para se legitimar como uma prática de cura oficial, busca-se compreender as interações culturais entre os saberes atribuídos aos terapeutas populares, em especial os curandeiros, e aqueles assimilados pelos médicos acadêmicos. A fim de alcançar tal objetivo, pretende-se discutir as possibilidades para entender o processo de mudança na relação entre médicos e esses terapeutas populares através da documentação (atas e teses) da Academia Nacional de Medicina.

Palavras-chave: História do Brasil do século XIX; História da Medicina; Práticas terapêuticas populares.

Pretendo apresentar, nesta comunicação, a pesquisa que estou desenvolvendo para a dissertação de mestrado sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Sérgio Dumas dos Santos no Programa de Pós – Graduação em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz, instituição técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz na cidade do Rio de Janeiro.

A monopolização das artes de curar foi um empreendimento iniciado no início do Oitocentos com a fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e com a implantação do ensino médico pelo governo imperial em 1832 (PIMENTA, 2004: 68). Tais medidas pretendiam estabelecer uma distinção entre a medicina acadêmica e àquela praticada pelos populares. Esta última, no entanto, gozava de um prestígio maior entre os habitantes do Brasil desde os tempos coloniais. Não apenas pelo fato de existirem poucos profissionais médicos, mas devido ao imaginário da cultura popular que não concebia as questões relacionadas às doenças e à morte fora dos círculos domésticos e religiosos (SOARES, 2001: 417-418).

Esse projeto se intensificou a partir de 1830, dois anos depois da extinção da Fisicatura- mor. Esta instituição que fora criada em 1808 com o objetivo de regulamentar e fiscalizar os assuntos referentes à saúde pública não tinha a clara intenção de desautorizar os

¹ Mestranda Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Bolsista Capes.

terapeutas populares, mas de enquadrá-los no âmbito da hierarquia da medicina acadêmica. No entanto, no período que se segue ao ativismo dos membros da Academia Imperial de Medicina (antiga Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro) para institucionalizar e popularizar a medicina acadêmica, pode-se perceber que a elite médica agora estava disposta a monopolizar o ofício de curar, e para isso era preciso desautorizar as práticas de cura realizadas por curandeiros, mezinheiros, feiticeiros, benzedores, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e outros (PIMENTA, 1998: 353).

Considerando as raízes socioculturais da medicina colonial – um amálgama de tradições indígenas, africanas e européias – e uma intensa negociação de conhecimentos e saberes sobre saúde (FERREIRA, 2003: 101), pretende-se entender os limites culturais entre os saberes de médicos acadêmicos e de terapeutas populares no período de maior resistência à arte de curar desses últimos, a saber, a partir de 1830. Desse modo, tem-se o recorte temporal para esta pesquisa: da criação da Fisicatura-mor em 1808, com ênfase no período posterior à extinção desse órgão até meados do século XIX. O recorte espacial se restringe ao Rio de Janeiro, Corte do Império.

O tema proposto não foi ainda amplamente discutido pelos pesquisadores, contudo é importante salientar as contribuições mais recentes sobre o assunto. Inicialmente, destaca-se a contribuição das pesquisas desenvolvidas por Tânia Salgado Pimenta. Esta autora analisa as práticas de curandeiros, boticários, barbeiros-sangradores, cirurgiões, parteiras, assim como a reação da população frente ao processo de monopolização da medicina por parte dos médicos acadêmicos.

Pimenta faz uma análise acurada dos documentos da Fisicatura-mor, instituição criada para regular e fiscalizar as várias atividades relacionadas às artes de curar em Portugal e em seus domínios. As cartas e licenças estudadas demonstraram que havia oficialmente uma hierarquia entre as práticas de cura. Os curandeiros, assim como os sangradores e as parteiras, faziam parte da classe dos terapeutas populares, os quais eram os menos valorizados do ponto de vista daquela instituição. No entanto, a autora pode perceber que as práticas de cura realizadas, em sua maioria, por escravos, forros e mulheres, eram reconhecidas como um saber legítimo na medida em que licenças eram aprovadas para que pudessem exercer suas atividades. Sendo assim, o objetivo da Fisicatura se limitava a ajustar tais práticas a relações de dependência pessoal a medicina acadêmica (PIMENTA: 1998).

Mas uma mudança nessas relações estava ocorrendo na medida em que a medicina se institucionalizava. Em 1828, a Fisicatura-mor foi extinta, e no ano seguinte foi fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (que em 1835 ganhará o título de Academia Imperial de Medicina). Ademais, em 1832, as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e de Salvador tornaram-se Faculdades de Medicina. A autora citada reúne os elementos necessários para a compreensão das estratégias que a medicina acadêmica lançou mão para legitimar sua prática ante a população. Contudo, enfatiza-se a recepção que esta tinha para a maioria da população que nem mesmo dispunha de recursos suficientes para dela se utilizar (PIMENTA: 1998; 2003).

Portanto havia um amplo reconhecimento dessas práticas pela comunidade, o prestígio dos cirurgiões ocorria apenas no âmbito da Fisicatura-mor e, mais tarde, nas instituições oficiais da medicina acadêmica. É bom salientar que, a despeito desta estratificação, as práticas de cura oficiais não estavam tão distantes das concepções populares de doenças e curas e, portanto muito dos conhecimentos eram compartilhados (PIMENTA: 1998).

O que diferenciava a aceitação das práticas populares em detrimento das práticas acadêmicas era o fato da primeira ser considerada mais eficiente pela maioria dos pacientes. O imaginário popular que corresponde ao universo de concepções sobre as doenças e suas possíveis curas estabelece uma distinção na forma de encarar, não só a doença, mas o indivíduo doente. Os curandeiros compartilhavam de concepções religiosas específicas no trato com as doenças. Apesar das diferenças entre as práticas não serem tantas, o modo de significá-la era. Para os barbeiros-sangradores, o procedimento da sangria era necessário para remover os espíritos malignos do corpo do doente, e não os excessos de humores como acreditavam os médicos acadêmicos (PIMENTA: 1998, 2001, 2003).

Márcio de Sousa Soares reafirma algumas idéias apresentadas por Pimenta. Uma delas é o fato de a regulamentação imposta pelo Estado desde a Fisicatura-mor não refletir na realidade daqueles que buscavam um auxílio para suas doenças. Sendo assim, o que se quer enfatizar é que a escolha dos curandeiros era feita a partir de um referencial de concepções religiosas consideradas legítimas pela população que recorria aos seus serviços de cura. De maneira alguma, a prática desses curadores estava ligada à ausência ou ao pouco número de médicos e remédios vindos da Europa (2001).

Um aspecto importante analisado pelo autor supracitado se refere à associação entre religião, doença e cura. A distinção das concepções de cura existentes são fundamentais para

a compreensão do significado da doença e da morte para uma população que era indiferente às preocupações de médicos e higienistas em meados do século XIX. Como assinala o autor:

(...) apesar de todo poder e influência que aos poucos iam sendo conquistados ao longo desse período, a resistência dos segmentos populares às novas concepções e práticas ditadas pelos médicos no que se refere à doença e à cura, assim como às imposições das novas regras que a medicina acadêmica pretendia imprimir na sociedade, será muito grande. Não aquela resistência popular compreendida como uma reação cega e automática de quem está sendo pressionado, mas, sobretudo, uma resistência informada por uma cultura relativamente autônoma, capaz de nortear seus procedimentos terapêuticos e fundar valores e tradições dos quais não estavam nem um pouco dispostos a abandonar somente porque alguns homens de ciência assim o desejavam (SOARES, 2001).

Desse modo, é possível apreender as diferentes cosmologias que podem ser identificadas no Brasil oitocentista, resultado da fusão de crenças indígenas, cristãs (européias) e africanas que resultavam na impopularidade da medicina acadêmica por parte da população.

Luis Otávio Ferreira em sua análise dos periódicos científicos publicados, entre 1820 e 1840 na Corte Imperial, resgata os debates que envolviam os médicos acadêmicos em prol de sua institucionalização e popularidade na relação social conflituosa com as “práticas e valores populares relativos à saúde”. Assim, este autor faz uma revisão da historiografia que negligenciou a existência dos conflitos sociais e das manifestações de resistência cultural no processo de monopolização da medicina acadêmica no decorrer do século XIX.

Seguindo o modelo europeu, os periódicos brasileiros constituíram-se num campo de afirmação da medicina acadêmica. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos editores, acabavam estabelecendo um diálogo com um público leitor praticamente leigo nos assuntos científicos, mas conhecedores das práticas populares de cura. Além de documentarem importantes práticas realizadas nesse período, havia um posicionamento em relação aos assuntos da própria medicina acadêmica, sobre a diversidade de teorias médicas e sobre o uso de remédios. Ferreira afirma que

a maioria dos acadêmicos assumiu uma postura moderada e não ofensiva quanto aos hábitos populares que, na verdade, tinham como fundamento a mais antiga e venerada das doutrinas médicas [o humorismo hipocrático]. Mais uma vez, os médicos viam-se confundidos pela semelhança existente entre a medicina culta e a medicina popular (2003).

O mesmo autor também analisa o efeito causado pelo *Dicionário de Medicina Popular*, de 1842, do médico polonês Napoleão Czerniewicz, ou dr. Chernoviz, seu nome abrigado. Este que se tornou um dos livros mais vendidos da época, e tornou Chernoviz o médico mais conhecido no Brasil, foi considerado a estratégia mais eficaz no esforço de popularização da medicina acadêmica na segunda metade do século XIX. Popularizava o conhecimento da medicina e ainda difundia os saberes sobre higiene, tão em voga naquele momento (FERREIRA, 2003). Desse modo, fica patente a existência de um conflito social e, ao mesmo tempo, a necessidade de dialogar com as práticas populares de saúde.

Objetiva-se fazer uma análise atenta a partir dessa documentação, contudo sob uma abordagem histórica diferente. Além de adotar conceitos advindos dos estudos antropológicos de sociedades nativas, pretende-se adotar uma linha comparativa entre os saberes atribuídos aos curandeiros e aqueles que foram sendo assimilados pela medicina oficial.

A partir de uma análise comparativa dos discursos, e ao se debruçar sobre o prestígio que essas práticas detinham entre a população, será possível entender os limites de negociações realizadas entre curandeiros e médicos oficiais.

O objetivo não é uma análise descritiva, mas buscar os elementos culturais específicos de acordo com sua origem, e compreendê-los como sistemas que se inserem no âmbito de uma “circularidade cultural” (GINZBURG, 1987).

Compreende-se que para chegar a uma compreensão das trocas culturais que constituíram a medicina em seus primórdios, é necessário encarar os dispositivos institucionais como meros reguladores do processo de legitimação das artes de curar, e que, possibilitaram, portanto, a simbiose de conhecimentos de diferentes origens e tradições.

Busca-se, portanto, definir os elementos culturais que circulam entre esses dois grupos sociais a fim de compreender o modo de sua reprodução. De que modo a ciência médica é absorvida pelos terapeutas populares, e como os médicos fazem uso dos conhecimentos advindos da sabedoria popular? Sendo assim, o objetivo fundamental é compreender a circularidade num eixo completo, ou seja, compreender o processo de trocas culturais e apropriações mútuas que ocorrem entre médicos e terapeutas populares.

Entender as cosmologias que fazem parte dessas concepções de cura e doença também é um aspecto importante. Mas, entender como esses são assimilados e se transformam num contexto específico, é entender um modo de sua reprodução (SAHLINS, 1990). Ao pensar nas trocas culturais entre essas tradições de cura, não se tem a pretensão de

defini-las a partir de uma visão culturalista do sincretismo, em que a cultura dominada se submete a cultura dominante. Objetiva-se, por outro lado, compreendê-la sob o prisma de uma re-elaboração dos elementos culturais obtidos nos processos de troca.

Considera-se oportuno o uso do termo medicina no plural, como o fez Gabriela dos Reis Sampaio (2001), indicando e propondo uma pluralidade das práticas de cura existentes. Do mesmo modo, as expressões *artes de curar* e *práticas de cura*, ao substituir *medicina popular*, além de incluírem a idéia de diversidade, excluem a noção de oposição entre os dois saberes médicos.

Em suma, é relevante o debate dos instrumentais teóricos que permeiam o tema que aqui se ocupa. É estratégico na medida em que é o único modo de se compreender as interações culturais que estão além de um comum entendimento bipolar das práticas de cura, de uma oposição entre as práticas populares e as oficiais.

As fontes usadas nessa pesquisa, que se encontra em andamento, são as Atas e teses da Academia Nacional de Medicina, e os periódicos de medicina. Nesta comunicação só farei referência a algumas teses das décadas de 1840 e 1850.

Importante recordar alguns marcos, citados anteriormente, da institucionalização da medicina acadêmica:

1828 – Extinção da Fisicatura-mor;

1829 – Fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro;

1832 – As Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e de Salvador tornaram-se Faculdades de Medicina;

1835 – A Sociedade de Medicina torna-se Academia Imperial de Medicina;

1850 – Criação da Junta de Higiene Central.

Uma mudança nas relações entre médicos e curandeiros estava ocorrendo na medida em que a medicina se institucionalizava. Os marcos apresentados anteriormente indicam esse processo. A prática dos terapeutas populares e dos curandeiros, apesar de em sua maioria prescindir da licença, era muito difundida entre a população, até mesmo requisitada por alguns membros da elite (PIMENTA: 1998; 2003).

É possível encontrar teses defendidas nas décadas de 1840 e 1850 com os seguintes títulos: “O charlatanismo em medicina”²; “Deve haver leis repressivas do charlatanismo?”; duas contendo capítulos com a mesma indagação: “Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?”³. Sendo assim, reforça-se a idéia de uma defesa dos discursos médicos oficiais e, portanto, de um interesse de controle sobre as práticas terapêuticas desenvolvidas pelos curandeiros. Mas, ao mesmo tempo, também encontramos teses que se propõe a estudar as artes de curar mais populares na sociedade, como “A utilidade do conhecimento da *sympathia* orgânica para o diagnóstico, prognóstico e tratamento das moléstias”⁴.

Entende-se que esta documentação deve ser indagada da seguinte forma: quais os conhecimentos que circulam? De que modo circulam? E por quê circulam? Torna-se fundamental identificar as práticas terapêuticas, seus “modos de usar”, suas técnicas de cura. É fundamental reforçar que as práticas de cura dos curandeiros passam por um filtro intermediário quando encontradas nesse material, já que são os médicos acadêmicos em forte tom apologético que estão descrevendo essas artes de curar populares. Ademais, essa comunicação busca contribuições nos modos de encarar essa documentação.

Luis Otávio Ferreira em sua análise dos periódicos científicos publicados, entre 1820 e 1840 na Corte Imperial, faz uma revisão da historiografia que negligenciou a existência dos conflitos sociais e das manifestações de resistência cultural no processo de monopolização da medicina acadêmica no decorrer do século XIX. Seguindo o modelo europeu, os periódicos brasileiros constituíram-se num campo de afirmação da medicina acadêmica. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos editores, acabavam estabelecendo um diálogo com um público leitor praticamente leigo nos assuntos científicos, mas conhecedores das práticas populares de cura.

É possível, inicialmente, apresentar uma agenda de pesquisa que pretende, através de uma análise que considere o contexto da época e persiga os indícios que chegou até nós da prática dos curandeiros, identificar algumas práticas terapêuticas e compreender seus

² Costa, Francisco de Paula. *O charlatanismo em medicina*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1841.

³ Fragozo, Antônio Marcelino. *I. Sciencias accesorias. Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1850.

Guedes Jr., Joaquim A. Pinto. *I. Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1853.

⁴ Pinheiro, Caetano Thomaz. *A utilidade do conhecimento da *sympathia* orgânica para o diagnóstico, prognóstico e tratamento das moléstias*, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1847.

modos e técnicas de cura. Ademais, compreender o processo conflituoso de construção da hegemonia médica, implica em aceitar a premissa de que muitos conhecimentos e práticas foram apropriados tanto por parte dos terapeutas, quanto pelos médicos oficiais. Implica também em considerar, portanto, a existência de uma contra-hegemonia.

Tal estudo é pertinente por representar uma realidade brasileira até meados do século XX, quando a medicina ainda era associada à magia por uma parcela significativa da população. Bem entendido, é possível encontrar tais práticas e costumes ainda hoje, no século XXI. Portanto, além de aprofundar os conhecimentos sobre o tema, também é uma forma de despertar o diálogo e o respeito com diferentes concepções a respeito do tratamento e da cura de doenças.

Bibliografia:

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de História Social*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, pp.101-122.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PIMENTA, T. S. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 5, nº 2, Rio de Janeiro, Julho/Outubro, 1998.

_____. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na formação médica na primeira metade do século XIX. *Caderno Cedes*, vl. 23, nº 59, Campinas, Abril, 2003.

_____. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, Suplemento 1, pp. 67/92, 2004.

_____. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8, nº 2, Julho/Agosto, 2001.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, Campinas: UNICAMP, 2001.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SOARES, M. S. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII(2): 407-38, jul.-ago. 2001.

SOUSA, L. M. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.